



PSICANÁLISE

Organizadores

Ignácio Alves Paim Filho | Bryan Menger dos Santos
Mara Cristina Corrêa Floriano | Tânia Nara C. Israel
Larissa Brasil Ullrich | Júlia Schneider Protas

O antirracismo escrevendo histórias no movimento psicanalítico

A força transformadora dos coletivos

Blucher

O ANTIRRACISMO ESCREVENDO HISTÓRIAS NO MOVIMENTO PSICANALÍTICO

A força transformadora dos coletivos

Organizadores

Ignácio Alves Paim Filho

Bryan Menger dos Santos

Mara Cristina Corrêa Floriano

Tânia Nara Carvalhal Israel

Larissa Brasil Ullrich

Júlia Schneider Protas

(Grupo de Estudos Relações Raciais e
Problemáticas Identificatórias)

O antirracismo escrevendo histórias no movimento psicanalítico: a força transformadora dos coletivos

© 2025 Ignácio A. Paim Filho, Bryan Menger dos Santos, Mara Cristina Corrêa Floriano, Tânia Nara Carvalhal Israel, Larissa Brasil Ullrich e Júlia Schneider Protas
(Grupo de Estudos Relações Raciais e Problemáticas Identificatórias) – Organizadores
Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenador editorial Rafael Fulanetti

Coordenadora de produção Ana Cristina Garcia

Produção editorial Andressa Lira

Preparação de texto Lidiane Pedroso

Diagramação Lira Editorial

Revisão de texto Regiane da Silva Miyashiro

Capa Departamento de Produção

Imagem da capa iStockphoto



Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil
Tel.: 55 11 3078-5366
[contato@blucher.com.br](mailto: contato@blucher.com.br)
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico,
conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico
da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira
de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial
por quaisquer meios sem autorização escrita
da editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

A luta antirracista e sua história no movimento
psicanalítico : a força transformadora dos coletivos /
organizadores Ignácio Alves Paim Filho et al. – São
Paulo : Blucher, 2025.

288 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2664-2 (Impresso)
ISBN 978-85-212-2661-1 (Eletrônico – Epub)
ISBN 978-85-212-2662-8 (Eletrônico – PDF)

1. Psicanálise. 2. Clínica psicanalítica. 3. Psicanálise
decolonial. 4. Psicanálise e antirracismo. 5. Racismo
(Psicologia). 6. Psicanálise e relações raciais.
7. Metapsicologia. 8. Luta antirracista na psicanálise.
I. Título. II. Paim Filho, Ignácio Alves.

CDD 159.964.2

Índice para catálogo sistemático:
1. Psicanálise

Conteúdo

Argumento

17

Parte 1

A metapsicologia escrevendo e reescrevendo sua história:
na *confluência* do singular e do coletivo do povo negro

1. Violência antinegro e direito à opacidade: o complexo do semelhante para *além do princípio do prazer* da sua majestade a branquitude 27
Núcleo de Estudos e Pesquisa E'léékò/UFRGS
2. Vamos falar da gente ganhando: saída do elevador de serviço 61
Grupo de Estudos Egbè: Negritude, Clínica e Comum
3. Ecos do infantil: repercussões do racismo estrutural em *O avesso da pele* 99
Grupo de Estudos Relações Raciais e Psicanálise do Estudos Integrados em Psicanálise (ESIP)
4. Terreiro como lugar de resistência – psicanálise como lugar de novas existências: um encontro possível? 111
Grupo de Estudos Relações Raciais e Problemáticas Identificatórias

5. Entre sotaques: o coletivo como potência formativa para mulheres migrantes em territórios hostis 127
Grupo de Estudos Egbé: Negritude, Clínica e Comum
6. Amar a negritude 157
Grupo de Estudos Relações Raciais e Psicanálise do Estudos Integrados em Psicanálise (ESIP)
7. Complexo do semelhante – dor psíquica: entre o “bem-estar” do povo branco e o “mal-estar” do povo negro 165
Grupo Sankofá

Parte 2

Os caminhos possíveis: ações afirmativas nas instituições psicanalíticas – *derretendo o asfalto*

8. Que cor tem o IEPP? 201
Comissão de Ações Afirmativas 201
9. Ações afirmativas no ESIP: um projeto em constante construção 223
Grupo de Estudos de Relações Raciais e Psicanálise do ESIP
10. Por que cotas raciais? 233
Grupo de Trabalho ANANSE – CEPdePA/Serra
11. Contra o racismo, o direito à esperança 247
Sankofá – Núcleo de Ações Afirmativas – ITIPOA Psicanálise e Criatividade
12. Projeto Ubuntu – Evocações coletivas e a rede 267
Comissão Ubuntu

Argumento

A força transformadora dos coletivos: aquilombamentos epistêmicos

Encorajados pelos ensinamentos de Fanon (1952/2006), que afirma a necessidade de bagunçar a inteligibilidade moderna, pretendemos destacar o papel determinante que os coletivos desempenham na produção do conhecimento científico, mais do que isso, na transformação dos modos hegemônicos de apreensão da experiência social. Para esse fim, propomos a noção de “territorialidade científica” para remeter ao conjunto de saberes produzidos coletivamente, apostando no diálogo entre relações raciais e psicanálise, campos historicamente estrangeiros um ao outro, mas que se unem para denunciar e reconfigurar a matriz ontológico-racial que desenha as sociedades ocidentais.

Uma das premissas em que esta obra se apoia é de que o aquilombamento é um conceito profundo que ressoa não apenas o refúgio, mas também a luta. Nesse sentido, trata-se não apenas de uma resistência empreendida contra os recônditos instintos do branco colonizador, mas também de uma reexistência, por meio de uma insurreição coletiva que reivindica a afirmação da negritude diante da racialização forçada, dos genocídios e o do desenraizamento cultural. Ao afirmar a sua existência, a negritude ressoa no aquilombamento.

Na historiografia psicanalítica, há um momento paradigmático da literatura freudiana que conversa com as proposições anteriores.

Trata-se do discurso de Freud, em 1918, aos psicanalistas de primeira e segunda onda, em Budapeste, na Hungria, publicado em 1919 com o nome “Caminhos da terapia psicanalítica”, responsável por inaugurar uma nova tradição de psicanalistas implicados com o laço social (Freud, 1919/2010). Ao longo de toda a década de 1910, Freud promove uma profunda reestruturação do seu edifício teórico: funda o segundo dualismo pulsional e a segunda tópica, reformula a teoria do masoquismo e amplia o diálogo, até então embrionário, com a filosofia política.

Diante de todas essas transformações e em interação direta com os efeitos tanáticos da Primeira Guerra Mundial, Freud não deixa de vislumbrar também uma nova posição social à psicanálise, a qual nomearemos aqui “psicanálise extramuros”, em concordância com Laplanche (1987/1992): uma psicanálise que não se confina nos muros da clínica, mas que se outorga o humilde direito de palpitar na vida política.

Ao constatar que as camadas mais pobres da população não conseguiam acessar o tratamento psicanalítico, Freud convoca os seus discípulos a reinventarem a psicanálise em busca de novos caminhos que considerem as particularidades do corpo social. A partir desse momento, as chamadas clínicas públicas de Freud multiplicam-se ao redor de toda a Europa, em conjunto com os governos sociais-democratas instigados pela República de Weimar, produzindo fissuras na antiga organização monárquica. Nomes importantes como Max Eitingon, Ernst Simmel, Eduard Hitschmann, Ernest Jones, Wilhelm Reich e Sándor Ferenczi lideraram a criação de clínicas de atendimento gratuito, fundamentadas no princípio da saúde como dever do Estado, e não como serviço privado (Danto, 2019; Gabarrón-García, 2022).

Nesse sentido, defendemos que a reunião de saberes políticos, epistêmicos, identitários, estéticos, mitológicos, tradicionalmente marginalizados, por intermédio do diálogo com a psicanálise, representam uma força transformadora capaz de questionar paradigmas e produzir fissuras na organização colonial.

Seguindo esse caminho, almejamos que nossos escritos possam materializar, articulados ao pensamento psicanalítico, as múltiplas possibilidades que o exercício da luta antirracista, por meio da produção de novos conhecimentos, viabilizem uma genuína e autêntica psicanálise decolonial: saberes renegados – força da ancestralidade do povo negro – cumprindo seu papel de alicerçar novas/velhas cosmovisões.

Visando alcançar novos horizontes capazes de redesenhar a história do movimento psicanalítico brasileiro, dividimos nosso argumento em duas partes: a metapsicologia e o institucional. Tal divisão implica não em cisão, mas na confluência de saberes que potencializem os aqüilobamentos epistêmicos. O teorizar com trampolim para novos fazeres.

Abrindo o bloco que reúne os textos que versam sobre a metapsicologia na *confluência* do singular e do coletivo do povo negro, no Capítulo 1, o Núcleo de Estudo e Pesquisa E'léékò faz um convite provocador: que a psicanálise pare de se sentir confortável nos *incomôdos* de sua “sala de estar” e de fato suporte o “mal-estar” que a opacidade do outro lhe causa. Nas cenas cotidianas que vivenciamos nos institutos de formação psicanalítica – mesmo naqueles que promovem estratégias de enfrentamento ao racismo – abundam questionamentos, à medida que personagens racializados circulam pelos papéis do tripé psicanalítico, possibilitando que o desconforto em relação às nossas formações psicanalíticas se apresentem.

O Capítulo 2, “Vamos falar da gente ganhando: saída do elevador de serviço”, discorre sobre a força transformadora da cultura negra, tomando como ponto de partida as discussões realizadas no Grupo de Estudos EGBÈ: Negritude, Clínica e Comum. Desenvolve-se uma articulação entre a clínica psicanalítica e as relações raciais, considerando a formação histórico-cultural do Brasil, sua dimensão colonial e o estado de exceção imposto sistematicamente para uma parcela da população negra; ao mesmo tempo, fornece subsídios para a ampliação da escuta da alteridade em sua radicalidade nos consultórios e nas instituições de saúde mental.

A pele negra por si só evoca significados de subalternidade e desumanização, decorrentes do racismo estrutural e institucional, como restos da colonização que persistem na contemporaneidade. Para ilustrar essas questões, no Capítulo 3, o Grupo de Relações Raciais e Psicanálise do ESIP recorre à obra literária *O avesso da pele*, de Jeferson Tenório, para apresentar a forma avassaladora como essa lógica de poder invade e domina a constituição psíquica na precocidade da infância, garantindo a continuidade da estrutura social escravista e os privilégios do grupo hegemônico branco.

No Capítulo 4, a temática das especificidades do racismo à brasileira é utilizada pelo Grupo Relações Raciais e Problemáticas Identificatórias para pensar o engendramento criado e reproduzido pela branquitude, o qual atravessa o saber colonizado, incluindo a psicanálise. As construções teóricas de racismo estrutural (Sílvio Almeida) e forma social escravista (Muniz Sodré) contêm o arraigamento profundo desses funcionamentos e impelem em direção a uma ruptura, inspirada na lógica dos terreiros.

O Capítulo 5, “Entre sotaques: o coletivo como potência formativa para mulheres migrantes em territórios hostis”, nasce no diálogo entre cinco psicólogas mulheres cisgênero pretas, pardas e indígenas, migrantes interestaduais da região Norte, Nordeste e Centro-oeste do Brasil, que abordam os desafios cotidianos de terem se retirado da sua terra natal em busca de melhores condições de vida por via da formação acadêmica. Para referirem-se a si próprias, utilizam o termo “retirantes”, herdado das literaturas de Graciliano Ramos em *Vidas secas* e João Cabral de Melo Neto em *Morte e vida severina*. Em relação ao material de experiência apresentado, além de oferecerem um recorte de gênero, em que o sexism soma-se à violência racista vivenciada, as autoras questionam a colonialidade como um sistema de exploração e subjugação constituído a partir de uma perspectiva maniqueísta de mundo.

Amar a negritude é uma forma de resistência proposta por bell hooks diante de um cenário de exceção e pautado pela primazia branca.

Essa convocatória pode causar aversão, devido à lacuna na inscrição psíquica referente a amar um corpo enegrecido e desvalido ao longo do processo civilizatório eurocentrado. Partindo deste convite da autora, no Capítulo 6, o Grupo de Relações Raciais e Psicanálise do ESIP apresenta os desdobramentos, decorrentes do racismo, no nascimento psíquico do sujeito negro, que resultam no comprometimento de seu narcisismo primário. Haja vista que, na transmissão de herança psíquica, vivências de rejeição e auto-ódio são experimentadas de forma ininterrupta. Nesse sentido, a economia psíquica precisa se apresentar em proporção análoga, por meio de um movimento contracultural de amor à negritude e a cosmovisão que representa.

No Capítulo 7, que marca o encerramento das proposições metapsicológicas e a abertura para o pensar institucional, temos exemplificadas as ideias forjadas por pensadores, como Nêgo Bispo (2023), as quais advogam a importância da circularidade do pensamento, marcadas pelo princípio do começo - meio - começo. Buscando percorrer essas trilhas, o Grupo de Estudo Sankofa apresenta um diálogo entre as ideias de Freud e Kaës, com o objetivo de dar sustentabilidade metapsicológica à tese: o “bem-estar” do povo branco se faz às custas do “mal-estar” do povo negro. Essa problemática é abordada na inter-relação entre o complexo do semelhante – a busca do idêntico – e a dor psíquica. Diante de tal cenário, evocam-se o pacto narcísico e o pacto denegativo, bem como suas repercussões no cotidiano da vida do povo não branco.

O pensar institucional que já vinha se apresentando na primeira parte do livro toma forma na segunda parte e é inaugurado pelo Capítulo 8 “Que cor tem o IEPP”, apresentando reflexões referentes a uma posição histórica excludente e racista das instituições psicanalíticas. Percebendo a reprodução do racismo estrutural dentro da instituição, seus membros sentiram-se convocados a provocar mudanças estruturais e coletivas na forma de escutar e estudar e na formação oferecida aos seus membros. Os questionamentos sobre se estaria o IEPP surdo para o

diferente, para além do seu grupo branco ou o que estaria passando “em branco”, são compartilhados pelas autoras por meio de relatos de experiências provocadas por uma movimentação interna disposta a encarar e se desacomodar com a implementação das ações afirmativas com todas as reviravoltas, incômodos e desafios que elas provocam.

A construção de um projeto de ações afirmativas dentro de uma instituição é uma história que merece registro, considerando a facilidade com que os apagamentos são impostos pela branquitude. Com esse intuito, no Capítulo 9, o Grupo de Relações Raciais e Psicanálise do ESIP reconstrói, passo a passo, sua história coletiva de implementação de ações afirmativas, apresentando as conquistas e as resistências de uma caminhada na qual se sabe “que o jogo nunca está ganho”.

No Capítulo 10, “Por que cotas raciais?”, o Grupo de Trabalho Ananse aborda a diferença entre cotas raciais e sociais com seus reflexos na cultura brasileira, apresentando o racismo como uma grande ferida, um trauma circundante no qual está estruturada a nossa sociedade. Por meio de um percorrido histórico, alude questões jurídicas do não acesso à educação às populações negras e indígenas e seus efeitos nocivos, transpondo essa problemática, também, às instituições psicanalíticas. Em uma tentativa reparatória, mediante a implementação de ações afirmativas, as instituições e seus psicanalistas buscam se implicar com a racialidade com uma disposição de renunciar a seus privilégios.

O direito à esperança contra o racismo é o alento soprado pelo Sankofa – Núcleo de Ações Afirmativas – ITIPOA Psicanálise e Criatividade no Capítulo 11. Ao apresentar o histórico das ações afirmativas dentro da Instituição, assim como um interessante apanhado teórico acerca da questão racial – além de um enlace entre as perspectivas de Fanon e Winnicott –, o grupo destaca que o trabalho da psicanálise antirracista não se trata de uma ingênuia superação das relações de poder, mas de lutar, principalmente nas instituições, por novas formas de reconfiguração e reestruturação da circulação de poder.

Ao finalizar não só a segunda parte, mas também o livro, a Comissão Ubuntu põe em destaque, no Capítulo 12, a vivência coletiva, que é uma das marcas das comunidades negra e indígena. Um coletivo que se situa em um plano relacional, um plano de produção de subjetividades e que é evocado pela própria definição da filosofia africana Ubuntu: “Eu sou porque nós somos”. Importantes questões como o pacto narcísico da branquitude, o racismo antinegro e anti-indígena, o direito à opacidade, o rompimento com a ideia da história única, assim como os espaços de resistência e luta são abordados e enlaçados com a própria história do Projeto Ubuntu: projeto de ações afirmativas para ingresso na formação psicanalítica de pessoas negras e indígenas. O desconforto decorrente do encontro dos corpos brancos e negros na instituição é apresentado como um desafio e um convite para que sigamos na travessia com nossas redes coletivas possíveis.

Os organizadores

Referências

- Bispo, A. S. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu/PISEAGRAMA.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*. Perspectiva.
- Fanon, F. (2006). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA. (Obra original publicada em 1952)
- Freud, S. (2010). Caminhos da terapia psicanalítica. In S Freud. *História de uma neurose infantil; Além do princípio do prazer e outros textos* (Vol. 14, pp. 279-292). Cia. das Letras. (Obra original publicada em 1919)
- Gabarron-Garcia, F. (2022). *Uma história da psicanálise popular* (C. Euvaldo, trad.). Ubu.
- Laplanche, J. (1992). *Novos fundamentos para a psicanálise*. Martins Fontes. (Obra original publicada em 1987)

PARTE 1

A metapsicologia escrevendo e
reescrevendo sua história:
na *confluência* do singular e do
coletivo do povo negro

1. Violência antinegro e direito à opacidade: o complexo do semelhante para *além do princípio do prazer* da sua majestade a branquitude

Núcleo de Estudos e Pesquisa E'léékò/UFRGS

Primeira fricção:¹ o campo problemático apresentado por Cassiana e Flor

Na ficção em cena,² Cassiana Regnisem, mulher branca, cis gênero, psicanalista e sensível à luta antirracista, é inegavelmente uma grande aliada na construção de estratégias de enfrentamento ao racismo em

1 A fricção é tomada “enquanto movimento de contato e esfregação de vivências e memórias do presente e do passado aquecidas na e para a produção e enunciação de um devir, de um porvir” (Alves et al., 2023, p. 4).

2 “[...] desde a subversão das noções de realidade e ficção, perspectivando torções e criações de hipóteses conceituais que contribuam com a psicanálise brasileira” (Alves, 2024a, p. 4), recorremos à ficção para costurar experiências singulares que podem ser agenciadas coletivamente. Atrevemo-nos a transmutar nosso olhar-sentir sobre a pesquisa em psicanálise, navegando por uma noção de ciência que parte de uma racionalidade não linear, assentada na complementariedade entre razão e emoção, realidade e ficção, poética e emperíria (Alves et al., 2023; Alves, 2024b).

seu instituto de formação psicanalítica. No entanto, sua amiga Flor sempre a lembra de que ser uma aliada antirracista não garante que consiga escutar aquilo que extrapola as fronteiras do cômodo preferido de pessoas brancas, a “sala de estar”.

Flor, que atravessa os pensamentos de Cassiana, insiste que é preciso estar atenta para perceber quais silêncios a “sala de estar” – esse habitat organizado pela arquitetura de interiores – pôde, historicamente, naturalizar. Assim, Cassiana tem sido provocada a refletir: que posições de “mal-estar” podem emergir caso se autorize a vasculhar o que existe por trás de seus (*in*)cômodos? Mas essa não é uma tarefa simples. Exige um reposicionamento constante diante dos sentidos que atravessam tanto a formação psicanalítica quanto a clínica. No lugar de coordenadora institucional das ações afirmativas, Cassiana segue percorrendo suas indagações, entre elas: como as existências negras têm sido acolhidas na formação em psicanálise? Poderiam as ações afirmativas, ao serem propostas, já operar uma confluência e, consequentemente, contribuir para a elaboração do mal-estar experienciado tanto por pessoas negras quanto por pessoas brancas? Quais paradigmas já nos permitem articular os diferentes incômodos que emergem nesse encontro?

Cassiana decide enviar uma mensagem de áudio para sua amiga e psicanalista, Flor Azambuja. Mulher negra e cis gênero, Flor trilhou ao lado de Cassiana, anos atrás, o percurso da formação em psicanálise. Em um áudio mais extenso, Cassiana a convida para um café:

– Menina, você não morre mais! Estava pensando em você hoje. Lembrei daquela conversa sobre as diferentes posições de mal-estar. Eu fiquei chocada com o último ataque da Latifundia Gêneris às ações afirmativas. Você sabe que eu até ia no coquetel na casa dela, mas cancelei o convite. Você ainda vai?

No intervalo entre atendimentos, Flor responde:

– Cassiana, nem sei que coquetel é esse... meu convite deve ter sido extraviado. Vamos marcar um encontro perto do meu consultório? Amanhã à tarde, depois do seminário, eu posso.

Após confirmar o encontro com Flor, Cassiana se detém em um pensamento:

– Ué, que estranho... esse coquetel foi organizado para comemorar os 25 anos da nossa turma de formação. Tenho certeza de que as outras colegas foram convidadas. Talvez o convite da Flor tenha realmente extraviado. Afinal, Latifundia sempre foi nossa amiga. E, quanto ao seu posicionamento na instituição, sempre deixou muito claro que não é contra a entrada de pessoas negras. Pelo contrário, o que ela não suporta é esse lugar de “cal a boca, branca” que sente que as pessoas negras impõem com suas presenças, comentários e contextualizações nos seminários.

Cassiana se lembra de uma reunião em que Latifundia afirmou:

– Minha melhor amiga é a Nininha, tá comigo desde que eu era bebê, cuidou dos meus filhos e hoje cuida dos meus netos. Não sou racista, a Nininha é o estatuto da minha amizade com pessoas negras.

Ao ser contestada por candidatos em formação psicanalítica, Latifundia não hesitou: publicou um artigo no jornal onde mantém uma coluna periódica, intitulado “Cala a boca, branca: sensibilidades exageradas de nosso tempo”. E não é que o texto está ganhando espaço em diversos institutos de formação psicanalítica?

Cassiana é interrompida por um som familiar.

– Ihiiii... o Jorge chegou, como sempre pontual. Vou lá atender, né?

Na mesinha de apoio do consultório, repousa o presente de Natal que recebeu de Flor: um livro de Lélia Gonzalez. Após encerrar as anotações sobre o encontro com Jorge, Cassiana registra tudo que

escutou naquele dia e que, de algum modo, lhe chamou atenção. Entre suas notas, destacam-se suas reflexões sobre o antirracismo, o encontro com Flor, o convite extraviado e a posição de Latifundia.

Ao se deparar com o conceito de racismo por denegação na neurose cultural brasileira, sustentado por Lélia Gonzalez (1980/2018), Cassiana experimenta um incômodo estranho. A autora aponta que a organização da história do Brasil e suas ideologias escravocratas seguem atualizadas pela recusa da presença negra em espaços dominados por pessoas brancas. Segundo Lélia, na arquitetura do imaginário brasileiro, esse pensamento escravocrata mantém pessoas negras presas e vinculadas à lógica da inexistência, como meros produtos a serem explorados.

Enquanto isso, uma espécie de fabulação da superioridade branca (Gonzalez, 1980/2018), entranhada pelo discurso que inventa o mundo moderno (Mbembe, 2018), é quem cria a ficção brasileira. Ao autorizar e naturalizar nesse território a exploração de pessoas negras e tantos outros povos originários, os colonizadores o fazem por meio da recusa da própria cultura escravocrata na qual o Brasil foi inscrito. Uma prática discursiva que supõe a natureza patronal de pessoas brancas, de modo a reafirmar sua posição de privilégio enquanto se colocam como sujeitos de direitos universais e modelo evolutivo a ser seguido.

E as pessoas negras nesta economia psíquica? Seguem associadas como “[peque]Nininhos” na ordem discursiva de Latifundia, cuja distribuição na neurose cultural brasileira as inscreve em registros tuteulares de vigilância e/ou domesticação: “Por quê? Ora, porque elas têm umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que sejam perseguidas pela polícia, pois não gostam de trabalho, sabe?” (Gonzalez, 1980/2018, p. 193).

Mesmo incomodada, Cassiana segue sua leitura de Lélia Gonzalez, mas precisa se arrumar para o encontro com sua amiga Flor. Mais tarde, as duas cumprimentam-se com um abraço, pedem o café expresso e, após alguns minutos falando da rotina, Cassiana começa a contar sobre suas indignações:

– Flor, você precisa pegar a gravação da roda de conversa de ontem e assistir à fala da Latifundia, você soube? Até cancelei minha ida ao coquetel. Menina, eu fiquei com muita raiva, mas não consegui dizer nada. Pena que você não estava, pois ela merecia uma resposta à altura, igual àquela dos candidatos.

Ao respirar fundo, Flor assopra o café que estava quente e, olhando com cansaço para Cassiana, interroga:

– Você consegue escutar o que está dizendo? Você consegue sentir o lugar que estás me colocando?

– Mas é tão difícil, Flor.

– E para mim não é difícil? O que te faz pensar que eu posso suportar a violência da colega branca e você não? Confesso que estou bem cansada... delegando a mim a intervenção, você segue a mulher branca frágil e eu a mulher negra forte. Você consegue escutar como esta expressão do racismo ainda produz efeitos em nossa relação, Cassiana? Te conheço há mais de 25 anos, já é hora de você estar na linha de frente e eu na retaguarda. Você compõe o grupo que idealizou e bancou as ações afirmativas no instituto de formação, você precisa se posicionar. Jota Mombaça (2017) tem um texto incrível sobre a redistribuição da violência, vou te passar. Cassiana, eu estou exausta de ser lida como a mulher negra violenta. Eu posso falar o mesmo que você, no mesmo tom de voz que você, mas qualquer crítica que eu faça serei lida como violenta.

– Mas às vezes eu acho que você pega pesado mesmo, Flor [risos de Cassiana].

– Isso não tem graça, Cassiana... você consegue escutar a sua violência agora?

– Flor, nós já avançamos muito no instituto. Nossa projeto de ações afirmativas é lindo, maravilhoso. Olha quantas pessoas negras que já fazem parte da formação, isso é maravilhoso! E tem mais, eu me recusei a ir ao coquetel da Latifundia logo que ela tentou defender essa tese absurda do “Cala a boca, branca!” e fez referência à Nininha.

– Sim, Cassiana. É realmente maravilhoso! Mas ainda precisamos mexer na estrutura do instituto. Sobre o coquetel, eu nem sabia. Mas isso não importa, o que quero saber é: como você nomeou sua recusa ao convite? Disse que não ia pela violência do posicionamento que ela marcou no instituto? Ou, simplesmente desmarcou sem justificar o motivo? Essa é uma informação importante para analisarmos esse lugar cômodo que pessoas brancas ocupam.

– Flor... pega leve, estou aprendendo ainda, né? Tenha paciência comigo.

– Sim, Cassiana, eu só persisto contigo porque nossos laços são fortalecidos, diferente do que Latifundia escreveu naquela coluna. Eu aposto que nós, pessoas negras e pessoas brancas, temos muito a construir e estou disposta a isso, e sei que você também está. Hoje temos um lindo projeto de ações afirmativas que já começa a movimentar, desacomodar, incomodar a branquitude que, como discorre Cida Bento (2022), está ancorada em um pacto de cumplicidade, não verbalizado, mas operado entre pessoas brancas para a manutenção de seus privilégios. Com sua língua afiada, a autora alerta que:

Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele. (Bento, 2022, p. 18)

É exatamente por isso que um projeto de ações afirmativas em qualquer instituição precisa transversalizá-la no todo, em suas diferentes dimensões: a política, a econômica, a científica e a organizacional. A perspectiva deve ser, como salienta Cida Bento (2022), “reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais, e que mostram uma das características do pacto narcísico da branquitude” (p. 19).

– Estou acompanhando, Flor. Mas, às vezes, penso que nem tudo é sobre raça, isso fica até meio repetitivo, mas acho que estou começando a entender.

– Enquanto você não se escutar como uma mulher branca privilegiada, realmente, nem tudo será sobre raça, Cassiana! Esses dias eu estava relendo o texto *O inconsciente*, de Freud, e me chamou atenção uma frase em que ele, no seu tempo, situa o lugar dos mestiços nas sociedades *ocidentocêntricas*³. Nas palavras de Freud (1915/2010): “mestiços das raças humanas, que no geral semelham os brancos, mas denunciam a origem de cor em algum traço notável e por isso são excluídos da sociedade, não desfrutando os privilégios dos brancos” (p. 132).

– Flor, eu nunca tinha lido, escutado isso na obra de Freud [fica pensativa].

³ *Ocidentocêntrico* faz referência à visão de mundo centrada nos valores, perspectivas e interesses do Ocidente, impondo à pluriversalidade do mundo referências europeias, estadunidenses e cristãs como universais em detrimento de cosmopercepções e conhecimentos outros.

Essa afirmativa de Freud nos convoca a problematizar o Complexo do Semelhante (Paim Filho et al., 2020) enquanto um conceito que presentifica o amparo e o desamparo no encontro com o semelhante ou com o dissemelhante, a depender da perspectiva de quem sente-vive uma relação inter-racial, por exemplo: se desde a hierarquização do mundo entre humanos e não humanos ou se desde a “crioulização do mundo”, como acena Édouard Glissant (2005).

Nas palavras de Ignácio Paim Filho et al. (2020):

O estado de desamparo desempenha um duplo papel, remetendo não só ao caos pulsional, mas também ao acontecer da vida anímica, na medida em que ganha significado pela presença do amparo dado por um outro: um semelhante. A relação desamparo/amparo acabará por estar imbricada de forma visceral na relação do sujeito consigo e com o laço social. (pp. 20-21)

Pensar a relação do sujeito consigo e com o laço social em uma sociedade marcada pelo roteiro colonial, como a brasileira, exige uma abertura ao outro diferente, dissemelhante, mas cujas semelhanças podem ser reivindicadas na convivência e confluência inter-racial, na crioulização do mundo. Seguindo os passos de Édouard Glissant (2005), é interessante sentir a crioulização como um processo de profundas permeabilidades, imbricações e emaranhamentos entre povos e culturas. Ela possibilita que, na totalidade do mundo, tudo o que é tomado como heterogêneo pelo roteiro colonial possa ser colocado em Relação, produzindo novas identificações a partir da diversidade humana.

Se acreditamos que as identificações dizem sobre a função do semelhante, precisamos (re)inventar nossas estruturas e instituições políticas, sociais, econômicas e culturais para que pessoas negras se enxerguem em todo e qualquer espaço que constitui a sociedade

brasileira, bem como para que essas mesmas estruturas e instituições se enxerguem nas pessoas negras. Precisamos extirpar, diariamente, o roteiro colonial antinegro que habita nossos corpos e nossas existências colonizadas. E, sobretudo, não podemos entrar na lógica de dissecar o outro para compreendê-lo a partir da nossa verdade, em busca da transparência – o que o determinismo narcísico da branquitude operou e ainda opera sobre nossos corpos-sujeitos negros. O direito à opacidade, como ensina Édouard Glissant (2021), precisa ser suportado.

– Sua cara de surpresa está engracada, Cassiana. Mas eu já elucido para podermos estabelecer nossas combinações, sei que é muita coisa.

Édouard Glissant é de uma importância profunda para estabelecermos conversações em psicanálise. Ele é um escritor da Martinica, uma das colônias francesas no Caribe. É da mesma terra que pariu Frantz Fanon e Aimé Césaire, este que, inclusive, foi seu professor no Liceu Victor Schoelcher, onde estudou com Fanon. Glissant se tornou um escritor dos arquipélagos, e suas poéticas inscrevem críticas ao Ocidente e ao modo como esse mesmo Ocidente convencionou, pela hierarquia, a se relacionar com as diferenças. Isso é o que o autor problematiza como “transparência”, ou seja, a colonização inventa a raça e usa a pele como estratégia de identificação. Aqueles que não têm a mesma tez pálida do europeu, por muito tempo, foram coisa alguma (Mbembe, 2018), de modo que, mais tarde, com o *boom* da aceitação à diferença, passaram a ser reconhecidos dentro dessa categoria, isto é, como diferentes – pessoas negras e povos originários.

Podemos, ainda, elencar neste campo das diferenças *compreendidas*, aquelas pessoas que não cabem na cis-heteronorma ou em convencionamentos binários – homem e mulher. Para essas existências, a sigla LGBTQIAPN+ emerge como movimento de inegável

importância política, e, para adensarmos esse caldo, uma pergunta se faz necessária: quantas pessoas negras conseguem ter suas vozes escutadas nesse importante movimento? Onde estão as travestis pretas, as sapatonas e as bixas pretas na distribuição dos lugares de poder quando pensamos em representatividade LGBTQIAPN+? E as pessoas negras com deficiência? Onde estão no cenário político das discussões sobre o anticapacitismo? Eis o campo problemático da transparência.

Aqui, precisamos avançar em novos questionamentos, agora com Glissant (2021): sob quais perspectivas essas diferenças são balizadas? A partir de quais normas se delimita quem é o diferente? Para que a diferença exista, quem é considerado igual, semelhante? Se pessoas brancas europeias são a norma, as demais categorias da diferença precisam ser aceitas, compreendidas e esquadrinhadas pela hierarquização do humano. Nessa esteira, corremos alguns riscos com a própria ideia de diferença, sobretudo quando o roteiro colonial da transparência anuncia: “eu a coloco em relação sem hierarquizar com minha norma. Admito tua existência em meu sistema. Eu te crio novamente. Estas são as ideias da transparência” (Glissant, 2008, p. 53).

– Como você escuta isso, Cassiana? Vou te dar um exemplo: no caso de algumas pessoas negras, o fato de construírem e afirmarem seus sotaques fora da norma europeia parece produzir, em alguns analistas brancos, a sensação de que não são sequer analisáveis. Preciso chamar a sua atenção para isso. E você, que me conhece desde nossos primeiros seminários, se fizer um esforço vai conseguir se lembrar daquele didata super conhecido que coordenava um dos seminários que fizemos juntas, lembra? Aquele que já era um grande nome na época, que fez a formação na Argentina. Ele se enchia feito um pavão quando dizia seu jargão: “Formação em psicanálise não é para todos!”. Lembrou, né? Uma

vez ele me perguntou, na frente do grupo, o que eu estava fazendo ali. Se com muito esforço já era psicóloga, para que me esforçar em outra formação? E ele nem me conhecia. Nunca sequer havia escutado a minha história. Pelo seu espanto, você lembrou daquele dia, né? Olha que falamos de 25 anos atrás e eu nem ocupava aquele espaço por ações afirmativas. Aliás, eram impensáveis quaisquer ações afirmativas nas formações em psicanálise.

– É verdade, Flor... algo impensável para a época!

– Como filha de concursados públicos, vivenciei algum conforto. E em minha vida, sempre me relacionei e transitei por espaços diferentes daqueles habitados pela grande maioria das pessoas negras. Nunca fui rica como você e muito menos como a Latifundia, mas, quando me formei, tive a oportunidade de pegar todo o dinheiro que ganhava em meu trabalho nas políticas públicas de saúde mental e investir na formação caríssima em psicanálise, na análise didática e na supervisão. Mas minha mãe e meu pai me auxiliavam com moradia, alimentação e um colinho quando precisava.

– Sim, Flor, os almoços na casa de Dona Mirtes e do Seu Alcindo eram memoráveis. Até a Latifundia batia dois pratões gigantes da feijoada de sua mãe... [risos]. Agora me lembro de que, naquele seminário, o coordenador disse, num dia que você precisou faltar, sem mais nem menos, que iria precisar mudar o horário do seminário para o meio da tarde. E isso te impossibilitou de continuar participando do seminário. Lembro-me de me irritar com isso e questionar que nem todas estavam presentes ali. E lembro-me também de ele responder que isso era uma questão de desejo! Meu (*in*)cômodo me atravessou de novo ali, mas fiquei em silêncio novamente. Latifundia concordou com ele e o restante foi como um coro sincronizado. Novamente não falei! Nossa, Flor... isso é alguma coisa que se repete mesmo. E realmente não é uma questão

exclusiva de classe social, porque como disse, você pagava, assim como eu, a formação.

– Cassiana, acho que você está começando a se deixar tocar pela exaustão que eu sinto. A partir dessa perspectiva que te disse da transparência, construída com Édouard Glissant, percebe como a matriz hierárquica por onde a brancura se coloca tem a ver com um ocultamento da própria diversidade das pessoas brancas? Você é minha amiga, convive comigo há anos, e, hoje, numa conversa disparada pela minha exaustão e pelo seu silêncio, podemos voltar no tempo e perceber que esses afetos não são de hoje. Não é essa a nossa tarefa como analistas? Bagunçar o tempo linear, com nossas opacidades? Quem sabe não lemos juntas esse livro de Édouard Glissant (2021)? E talvez, em algum momento, possamos dançar pelo “direito à opacidade”, em que as minhas derivas se encontrem com as suas, sem que eu ou você tenhamos que explicar tudo uma para a outra. Na opacidade, não precisamos compreender o outro, apenas confluir entre nossas diversidades. Olha como seria interessante operarmos essa produção do Complexo do Semelhante, em diálogo com o direito à opacidade.

O direito à opacidade não quer dizer que as diferenças não existem. Na realidade, significa que, ao nos relacionarmos com o diferente, nossos afetos não estarão voltados para a compreensão, assimilação. Ao contrário disso, o encontro produzirá confluências e composições. Inclusive, podemos problematizar o lugar do semelhante na produção e perpetuação da violência pelo racismo antinegro em nossa sociedade ocidentocêntrica, marcada pelo roteiro colonial de invasão, exploração e aniquilamento do dissemelhante, e colocar em discussão a opacidade do semelhante como a possibilidade do encontro com a pertença, a autoria e a existência do dissemelhante.



O antirracismo escrevendo histórias no movimento psicanalítico: a força transformadora dos coletivos é um livro construído a muitas mãos, pensamentos, trocas e inquietações. Composto por artigos escritos por coletivos de psicanalistas, o livro narra a história dos movimentos de ações afirmativas nas instituições psicanalíticas, bem como contém trabalhos de cunho reflexivo e conceitual, propondo uma visão e uma construção de uma psicanálise que também é negra, é dos povos originários e é brasileira. A proposta do livro é criar diálogos, inquietações e inspirações para que a psicanálise, nesse pulsar incessante, possa seguir sendo uma força de mudança na luta antirracista.

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2664-2



9 788521 226642



www.blucher.com.br

Blucher



Organizadores

Ignácio Alves Paim Filho | Bryan Menger dos Santos
Mara Cristina Corrêa Floriano | Tânia Nara C. Israel
Larissa Brasil Ullrich | Júlia Schneider Protas

O antirracismo escrevendo histórias no movimento psicanalítico

A força transformadora dos coletivos

Blucher

PSICANALÍSE

Clique aqui e:

VEJA NA LOJA

O antirracismo escrevendo histórias no movimento psicanalítico

A força transformadora dos coletivos

Ignácio Alves Paim Filho, Bryan Menger dos Santos,
Mara Cristina Corrêa Floriano, Tânia Nara Carvalhal Israel,
Larissa Brasil Ullrich, Júlia Schneider Protas (Org.)

ISBN: 9788521226642

Páginas: 288

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2025
